

A Filologia perene e o ideal da bata branca

José Augusto Cardoso Bernardes

Centro de Literatura Portuguesa da Universidade de Coimbra

augusto@fl.uc.pt

Resumo

Chegada à Universidade por meados do século XIX, a Filologia serviu de base ao que hoje designamos por estudos literários e por estudos linguísticos. Em face da tendência de especialização que viria a instalar-se no quadro dos saberes universitários, cada uma destas áreas viria depois a percorrer caminhos separados ou mesmo divergentes. Ainda assim, a Filologia tem demonstrado uma forte capacidade de resistência, incorporando o contributo de novas tecnologias e superando o positivismo ingénuo que lhe deu origem.

Na tentativa de encontrar um novo lugar no quadro geral das Humanidades e das Ciências Sociais, os estudos literários necessitam de fatores de ordenamento e de credibilidade, que a Filologia renovada pode inspirar. O presente estudo procura reconstituir o trajeto mais recente desse processo de ajustamento e reconversão.

Palavras-chave: Universidade – Humanidades – Estudos Literários – Interpretação

Abstract

Having made its entrance into the University in the mid-19th century, Philology has served as a basis for what we refer to today as Literary Studies” or “Linguistic Studies.” Each of these fields followed separate and even divergent paths in conjunction with the tendency towards academic specialization. Nonetheless, Philology has proven remarkably resilient, namely by incorporating new technologies and moving beyond the naïve positivism of its beginnings.

In their search for a new place in the Humanities and Social Sciences, Literary and Linguistic Studies are in need of the factors of order and credibility that a renewed Philology can inspire. This essay traces the recent history of this process of adequation and reconversion.

Keywords: University – Humanities – Literary Studies – Interpretation

0. Não sabemos como se vestiam os filólogos de há 100 anos, quando trabalhavam nos seus papéis. Na falta de outros testemunhos, recorramos cautelosamente a esses indicadores encenados que são as fotografias.

Os retratos que se conhecem de D. Carolina (1852-1925) mostram-na sempre em traje de compostura, que tanto servia para dar aulas na Faculdade de Letras de Coimbra como para ir de passeio. O instantâneo mais descontraído foi obtido na companhia do marido, da nora e de dois netos, à entrada do Verão de 1907 (Fig 1). É um retrato de exterior, à porta da casa de Águas Santas. Joaquim de Vasconcelos parece estar de bata branca e D. Carolina, para além da saia roçando os pés, veste uma blusa clara, com folhos. O seu retrato de trabalhadora intelectual, porém, é aquele que, no auge da sua carreira, a representa sentada a uma secretária, de fato completo e de chapéu (Fig. 2). Deveremos acreditar que trabalhava com aquela indumentária ou trata-se apenas de pose?

O mesmo sucede com Teófilo Braga (1843-1924): mergulhado em pilhas de livros, papéis soltos e enrolados, pode ter o cabelo algo desalinhado mas conserva a gravata, o colete e a casaca (Fig. 3). Nos manuais de História, diz-se que foi um tribuno anti-monárquico e um político que ocupou os altos cargos de Chefe do 1º Governo Provisório saído da República (1910-1911) e de Chefe de Estado (1915). O que mais fama lhe grangeou foi, porém, o seu decisivo contributo para a construção de uma história da literatura portuguesa¹. Escreveu caudalosamente, num registo de devoção quase sacerdotal. Teve assinalável eco a própria circunstância de ter morrido sozinho no seu gabi-nete de trabalho. Foi quase como se tivesse morrido no campo de batalha, cumprindo o dever supremo.

Invoco, por fim, a fotografia de Anselmo Braamcamp Freire (1849-1921) que figura na página que serve de antelóquio à segunda edição do seu “Gil Vicente, trovador, mestre da balança” (Fig. 4). O filólogo surge de barba branca, muito engomado, com o precioso original nas mãos e uma adolescente à ilharga, olhando-o com afeto e admiração submissa. É uma fotografia tirada depois do trabalho já concluído. A secretária a que se senta encontra-se praticamente limpa mas o olhar que deita às laudas faz adivinhar o intenso labor que lhe

¹ Sobre o complexo processo de construção da história da literatura portuguesa e sobre o papel que nele desempenhou o intelectual açoreano, veja-se a imprescindível obra que Carlos Cunha publicou em 2002, em especial o capítulo IV (pp. 161-216).

permitiu chegar àquela ocasião de dádiva a Maria Luiza, a afilhada a quem dedica o livro.

Afinal, embora trabalhando com textos patrimoniais, os filólogos não vivem nas nuvens. Pelo contrário: são cidadãos empenhados na vida cívica. Braamcamp Freire não foge à regra: nunca tendo tido enquadramento académico (ao contrário dos dois nomes antes referidos), foi Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Deputado da Assembleia Constituinte, em 1911 e primeiro Presidente do Senado da República. A sua consagração em várias estátuas e nomes de ruas fica, no entanto, a dever-se também ao facto de ter sido o construtor de uma tese suprendente e “reconfortante”, a partir de documentos tidos por “irrefutáveis”: a de que no Gil Vicente dramaturgo, o mesmo que escreveu, encenou e ajudou a representar cerca de 50 peças de teatro, ao longo de 35 anos, sobressaía ainda o talento do ourives que tocara o primeiro ouro vindo do Oriente, moldando com ele, em 1506, a famosa Custódia de Belém².

Naquela época, é necessário lembrá-lo, as pessoas vestiam-se de propósito para tirar fotografias. Os filólogos, em particular, tinham todos uma pose de acentuada probidade, em consonância com a sua profissão: trabalhavam com documentos importantes, a partir dos quais estabeleciam inferências seguras. Tal como faziam os humanistas de Quinhentos, os filólogos positivistas testavam constantemente o conhecimento que alcançavam, através de constantes contactos epistolares³.

1. Dir-se-ia que, assim respaldada, a Filologia dispunha de todas as condições para se afirmar na Universidade e para se manter em alto apreço cívico. Mas assim não viria a suceder. Hoje, o tempo parece já não ser de filólogos. Pelo menos, há poucos que se reconheçam como tal. Num empreendimento invulgar, Catherine

² A dita custódia, que se encontra em exposição no Museu Nacional de Arte Antiga, foi recentemente objeto de um restauro escrupuloso e muito feliz. Por ocasião do referido restauro, foi editado um valioso volume, integrando estudos de vários tipos. De entre esses ensaios, cumpre destacar o trabalho assinado conjuntamente por José Camões e João Nuno Sales, no qual se revisita, com dados novos (embora não conclusivos) a questão da identidade entre o ourives e o dramaturgo.

³ Sobre a importância central do horizonte da Verdade em Filologia veja-se o volume de estudos reunidos por Pascale Hummel e Frédéric Gabriel. Deve reparar-se, desde logo, na grande percentagem de ensaios que incidem sobre o texto bíblico, objeto privilegiado dos primeiros filólogos.

Pascale Hummel levou recentemente a cabo uma série de entrevistas a investigadores e professores de Línguas e Literaturas que trabalham em universidades europeias (de Itália, Suíça, Bélgica, França, Inglaterra e Alemanha). Das respostas obtidas, deduz-se, em primeiro lugar, que poucos convergem num mesmo ideal de Filologia; boa parte deles não reconhece mesmo a disciplina como sua atividade principal. Afirmam-se filólogos os historiadores da Língua, os classicistas (Pascale Hummel, a organizadora do volume, é, ela própria, uma distinta especialista de gramática do grego antigo) e alguns medievalistas⁴. Fora desses círculos restritos de investigação, já quase não se encontra quem se proclame abertamente filólogo, em sentido académico. Não se encontra, sobretudo, quem declare ensinar Filologia, seja em que nível for. Isto porque, ao contrário do que sucedia até há 30 anos atrás, os *curricula* não contemplam nenhum tipo de formação filológica, seja a nível da graduação seja a nível da pós-graduação⁵.

Apreciado no seu conjunto, o referido volume não constitui propriamente uma profissão de fé exaltante no futuro da disciplina. O motivo principal que pode encontrar-se para este ocaso está relacionado com a utilidade de um saber aparentemente restrito e afastado das preocupações comuns⁶. Nem tudo obriga, porém, a acreditar

⁴ O fascínio pela Idade Média, característico do século XIX, haveria realmente de levar a Filologia a superar o interesse exclusivo pelos textos sagrados e pela Antiguidade greco-latina, incorporando o interesse pela edição e comentário de textos medievais.

⁵ No que diz respeito às universidades portuguesas, apenas numa (Lisboa) podemos encontrar uma cadeira de licenciatura de natureza declaradamente filológica. Refiro-me à cadeira de “Crítica Textual”, que vem sendo regida por João Dionísio. Por uma feliz conjugação de circunstâncias, a Faculdade de Letras de Lisboa conseguiu manter uma notável Escola de Filologia, assinalada por nomes como Luís Filipe Lindley Cintra, Elsa Gonçalves, Maria Lucília Pires, Ivo de Castro ou Maria Ana Ramos (esta atualmente integrada na Universidade de Geneve). Na mesma linha, devem enaltecer-se sinais de grande vitalidade na Faculdade de Letras do Porto, onde sobressai o infatigável labor de José Adriano Freitas de Carvalho e, na sua senda, de Maria de Lurdes Fernandes e Zulmira Santos.

No último capítulo do seu ensaio, intitulado *The Powers of Philology. Dynamics of Textual Scholarship*, Hans Ulrich Gumbrecht ocupa-se diretamente da história do ensino da Filologia e das hipóteses da sua sobrevivência nas Universidades contemporâneas.

⁶ É esse o pressuposto de Alberto Varvaro quando escreve no último capítulo do seu livro *propedêutico*: “Siamo accusati di occuparsi di argomenti amuffiti e di problemi che non interessano a nessuno, perché hanno scarsa o nessuna rilevanza per la cultura di oggi e nessun peso nella vita moderna” (cf. 142).

Já no final desse mesmo capítulo, porém, Varvaro encontra um justificação bem forte para a sobrevivência da filologia: “...molto più importante è che ci si renda conto che

totalmente em diagnóstico tão radical. Ninguém de S. Paulo ou de Coimbra foi chamado a depor nessa longa série de entrevistas que tem por título *La Philologie au Parloir*. Se se tivessem lembrado destas duas universidades lusófonas, o número de “crentes” poderia ter aumentado um pouco. Penso em São Paulo, que pode orgulhar-se de uma notável tradição filológica (nos campos dos estudos linguísticos e dos estudos literários) e onde ainda muito recentemente veio a lume o número inaugural de uma nova revista programaticamente assumida como “neofilológica” (*Tágides* de seu nome). Falo também por Coimbra, onde o magistério de D. Carolina não se encontra ainda completamente extinto. Aí se fazem e publicam edições críticas de longo fôlego⁷. Aí subsiste ainda (embora com irregularidade crescente) a *Revista Portuguesa de Filologia*. Fundada em 1947 por Manuel de Paiva Boléo, essa publicação foi, durante décadas, espaço de confluência e colaboração entre linguistas e estudiosos da Literatura.

Consta inclusivamente que há uma filóloga coimbrã que faz questão de vestir uma bata branca quando, cada manhã, transpõe a porta do escritório para se dedicar aos seus trabalhos.

A brancura da bata não é, nessa colega, um sinal aleatório. Tem que ver com os antigos ideais da Filologia: rigor e impessoalidade, trabalho útil, preparação escrutinada de textos que constituem produto elevado do espírito humano. Para alguns, pelo menos, tal como no tempo em que D. Carolina regia cadeiras em Coimbra, a Filologia continua a ser vista como uma disciplina descritiva, taxinómica, comparativa e, sobretudo, empírico-documental. Requer, por isso, o contacto diário com papéis velhos, que devem ser manuseados com especial cuidado e com atitude assética (para além da bata, são requeridas luvas de proteção).

Para além de filóloga, a colega que usa bata branca reconhece-se como linguista. Esse alinhamento disciplinar não tem apenas que ver com a coerência etimológica. A ideia da primazia da Língua vem

un testo, qualsiasi testo, chiude in sé un problema interpretativo e che, prima ancora, esso va stabilito nella sua forma corretta. La coscienza di questi due problemi è essenziale per un buon funzionamento della società umana, che è fondata appunto sulla trasmissione di testi, ed è questo, a mio parere, che giustifica l' esistenza stessa della filologia e la sua rilevanza culturale e sociale.” (Cf. p.144).

⁷ O Centro de Literatura Portuguesa, a que pertence, desenvolve atualmente dois projetos de edições críticas, qualquer deles em estado bastante avançado: um versando sobre a obra de Almeida Garrett (coordenado por Ofélia Paiva Monteiro) e outro sobre a obra de Eça de Queirós (coordenado por Carlos Reis).

pelo menos de Herder (a quem a Filologia deve o essencial do seu *ethos* metodológico) e relaciona-se com o pressuposto de que os documentos “falam” por si mesmos⁸.

Ao mesmo tempo que abria a disciplina a muitas outras zonas do saber, o primado da Língua originou, contudo, uma certa desconfiança em relação aos estudos sobre Literatura; refiro-me, em primeiro lugar, à Literatura moderna e contemporânea, aquela que não tinha ainda sido objeto de patrimonialização. Não foi por acaso que a fundação dos Departamentos de Filologia, ocorrida, em simultâneo, na Alemanha, na Inglaterra e nos Estados Unidos por volta de 1870, se centrou na Língua e não na Literatura⁹. Só mais tarde, pelos anos 40 do século passado, a Literatura começou a fazer parte dos estudos filológicos; mas tratava-se da literatura anterior ao século XVIII, cujo *corpus* servia como base para reconstituir os diferentes estádios de língua.

2. De onde poderão então vir as dificuldades da Filologia em conviver com os estudos literários? A primeira dificuldade vem decerto da relativa rebeldia que estes sempre manifestaram face à epistemologia empirista: o rasto das *belles lettres* e da Retórica traduzia-se em crítica valorativa e em ensaísmo mas não em “ciência”. Ora, enquanto domínio recém chegado aos claustros universitários, a Filologia não podia ocupar-se da Literatura numa perspetiva “não científica”. Podia tomá-la como fenómeno linguístico especial ou mesmo como base de perscrutação identitária, o que foi feito por alguns estudiosos que, para além de filólogos, em sentido restrito, eram também historiadores da literatura. Mas não mais do que isso. Estou em crer que essa é a origem de muitos equívocos e suspeitas que se desenvolveram e se têm vindo a acentuar, nos últimos anos, instituindo uma grave desconfiança entre linguistas e estudiosos da literatura¹⁰.

⁸ Uma perspectiva abrangente da importância da Língua na configuração da Filologia moderna consta do fundamentado estudo que Michael Warner consagrou ao assunto, abrangendo os espaços francês e alemão.

⁹ Para além das muitas histórias do campo que têm vindo a público nos últimos anos, continua a ser imprescindível consultar o conjunto de textos programáticos compilados por Gerald Graff e Michael Warner, em 1989, bem reveladores do proselitismo de afirmação, próprio dos primeiros anos.

¹⁰ Para um exame da relação conflitual vivida nos últimos anos entre os estudos linguísticos e os estudos literários e sobre a necessidade imperiosa de recuperar alguma

E, no entanto, os filólogos não deixavam de trabalhar sobre Literatura. Fixavam textos, desde logo: estabelecer corretamente um texto e elencar as respetivas variantes não equivale apenas a limpar a fachada a um monumento sujo e adulterado. Trata-se, também, de instituir os materiais suscetíveis de interpretação. Por isso, não há filólogo do século XIX que não se tenha dedicado a essa tarefa magna. As duas glórias principais de D. Carolina, por exemplo, são as edições críticas do *Cancioneiro da Ajuda* e das *Poesias* de Sá de Miranda. Trabalhou ainda muito para uma terceira glória que não chegou a alcançar: a edição crítica da *Compilação vicentina*¹¹.

Os filólogos cumpriam outras tarefas, partindo dos textos literários: reporto-me à crítica de fontes, que praticavam sempre em sentido probatório. Nesta perspetiva, o texto funcionava como um *palimpsesto* semeado de indícios originários que importava trazer à luz. Na maior parte dos casos, tratava-se de indicadores minúsculos. E daí vinha ao filólogo a necessidade de se ater ao pormenor (tomava uma expressão isolada – por vezes, apenas uma palavra, para base de um grande circunlóquio). De onde teria vindo a Gil Vicente a ideia das *Barcas*? Interrogavam-se em Coimbra Paulo Quintela e Eduard Beau, há 80 anos. Teria Camões lido Platão? Perguntavam pela mesma época, o Professor Costa Pimpão e o irreverente aluno que foi Vergílio Ferreira. Por muito difíceis que fossem de encontrar, as respostas a estas questões não podiam ser especulativas. Bem pelo contrário: era obrigatório que surgissem respaldados num suporte factual.

Alguns filólogos seguiram outros trilhos, fazendo do texto uma via de acesso ao *ethnos* e concebendo a Filologia como área que albergava todo o produto do espírito humano¹², espécie de manto generoso onde cabiam a Língua, a Cultura, a Filosofia, a Geografia

margem de “coalescência” entre os dois domínios, veja-se o excelente estudo que Telmo Verdelho acaba de publicar no 3º número da *Revista de Estudos Literários*, integralmente consagrado ao Ensino da Literatura.

¹¹ Sobre a atenção dedicada por D. Carolina Michaelis de Vasconcelos a Gil Vicente (visível nas suas ainda indispensáveis *Notas Vicentinas*), tive já oportunidade de me pronunciar, em trabalho recente.

¹² A este propósito, Gumbrecht convoca justamente a definição ampla de “philologist” que se encontra no *Oxford English Dictionary*: “One devoted to learning or literature; a lover of letters or scholarship; a learned or literary man” (apud, p. 2). No mesmo sentido se pode ler a célebre definição do filólogo August Boeckh: “A Filologia é o conhecimento do que foi sendo conhecido” (cf. McGann, p. 274).

humana, a História¹³. Enfim, tudo ou quase tudo. A esta Filologia (*Wortphilologie*) costuma hoje chamar-se depreciativamente “imperial” e “determinista”¹⁴.

Lembro-me de ter conhecido um grande filólogo, quando comecei a estudar Gil Vicente e não sabia muito bem que rumo tomar. Diz-me então Don Alonso Zamora Vicente, num Curso de Verão, em Santander: “Vê o povo em Gil Vicente. Como fala, de que se queixa, de que tem medo. Gil Vicente é um homem do povo e isso é uma condição que ninguém pode encobrir”. Nas minhas inquirições vicentinas, nunca deixei de ter em conta aquela recomendação do ilustre hispanista. Sabia que nela havia, ao mesmo tempo, uma componente intuitiva e uma outra de cariz mais racional. Mas sabia sobretudo que ela derivava desta visão abrangente, que tomava a Literatura como parte integrante de uma vasta cultura onde cabiam muitas componentes. Não falando da preciosa vertente de estímulo que esse conselho envolvia, as palavras de Dom Alonso denunciavam bem a matriz filológica em que assumidamente se integrava. De facto, ler Gil Vicente tendo em conta esta advertência obriga a percursos de pesquisa bem diferenciados.

3. Os estudos literários são rebeldes, dizíamos há pouco. Pode talvez deduzir-se que da natureza do seu objeto lhes veio a insubmissão prometeica que os vem tornando um caso à parte no seio da disciplinaridade moderna e no próprio âmbito das Humanidades. Resguardados inicialmente pela Filologia, poderiam ter-se acomodado nessa base de respeitabilidade prudente. Mas não. Sonharam mais alto e partiram em busca da sua própria independência. Encontraram-na

¹³ Para um exame desenvolvido das primeiras orientações filológicas na Faculdade de Letras de Lisboa (e antes no Curso Superior de Letras), vejam-se os dois oportunos e fundamentados trabalhos que Luís Prista acaba de publicar.

Em Coimbra, na falta de trabalhos sistemáticos, sobrevive ainda a transmissão oral das experiências desse tempo. Evocam-se nomeadamente os exames orais da cadeira multianual de Filologia Portuguesa, por exemplo, realizados numa determinada sala em que se expunham, ao vivo, vários tipos de vasilhas, arreios de animais e outros objetos, que era necessário identificar e nomear com precisão.

¹⁴ Referindo-se a esta tendência subordinadora, nota certamente Aguiar e Silva “A aliança da *Wortphilologie* com a história literária e com a gramática histórica, levada a cabo pelo Romantismo alemão e depois generalizadamente posta em prática, na segunda metade do século XIX, sob o signo do Positivismo, converteu a filologia na disciplina imperial dos estudos linguísticos e literários nas Universidades europeias, desde o último quartel do século XIX até cerca de meados do século XX” (cf. *op. cit.*, p. 102).

primeiro na história literária, tomando de empréstimo as grandes narrativas de matriz hegeliana (no caso português, por exemplo, tudo preparava Camões e tudo resultava dele, remetendo para uma matriz que para alguns era celta, para outros árabe e ainda era mista para os menos decididos)¹⁵: mas, para além de facilmente resvalar para aproveitamentos políticos, a diacronia orgânica e teleológica prestava pouca atenção ao texto. Como reação a esse descaso, vieram depois os textualismos (estruturalistas e estilísticos). De tal forma que bem pode dizer-se que foi a falta de regulação contextual que, num determinado momento e em determinados quadrantes, afastou os estudos literários da Filologia.

De facto, embora vinculada ao substrato histórico, a Filologia era vista como um entrave aos textualismos de orientação decifrativa que num determinado momento se apoderaram dos estudos literários¹⁶.

Tudo isto ocorria no quadro de uma disciplinaridade relativamente estável. Havia mudanças, naturalmente: mas eram lentas, previsíveis e sempre muito discutidas. Entretanto, todo o campo das Humanidades se transformou. É inclusivamente muito revelador que se tenha vindo a instituir um novo subdomínio de estudos, diretamente empenhado em reconstituir a sua história, em diagnosticar os seus males e em prever o seu futuro¹⁷. Apesar da sua conhecida tendência para a autoreflexividade, os estudos literários vêm sendo cada vez mais objeto de apreciação, tanto na sua vertente institucional como na sua dimensão metodológica. A reconstituição da sua história, em particular, vem proporcionando elementos importantes para os debates que devem marcar a atualidade.

Para além de todas as transformações ocorridas nas últimas décadas, no plano sociológico e no plano tecnológico (e também por causa delas), não há dúvida de que as Humanidades conservam ainda

¹⁵ Sobre as diferentes orientações da história literária em Portugal, e em particular sobre os seus pressupostos étnico-culturais, veja-se ainda o indispensável trabalho de Carlos Cunha (2002).

¹⁶ Em estudo recente, Roberto Vecchi refere o caso italiano, evocando tensões e (também) tentativas de síntese entre filologia e historicismo.

¹⁷ É realmente muito abundante a bibliografia reflexiva sobre as Humanidades, envolvendo impressionantes autobiografias intelectuais (Todorov e Llovet) e ensaios de incidência institucional. Neste último plano, merecem destaque dois títulos particularmente reveladores, qualquer deles remetendo para bibliografia internacional abundante e atualizada: Aguiar e Silva e Helena Buescu.

um papel imprescindível, a desempenhar tanto no plano da investigação como nos diversos níveis de ensino.

O plano da investigação é decerto aquele onde se torna mais fácil justificar a utilidade do trabalho filológico. Continua a ser necessário proceder a pesquisas em espólios. Em espólios de escritores, desde logo. Penso concretamente no espólio de Almeida Garrett, em boa parte confiado à guarda da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e que se tem revelado indispensável para levar a cabo a edição crítica das obras do autor. Mas também se justifica investigar em espólios de filólogos. Penso, desta vez, naquele que pertenceu a D. Carolina Michaelis de Vasconcelos e hoje se guarda na mesma Biblioteca, integrando documentos autógrafos de vários tipos, como planos de trabalho, notas avulsas, comentários nas margens dos livros, para além de um vastíssimo e rico epistolário, envolvendo quase todos os filólogos ibéricos daquela época¹⁸. Se o conhecimento dos “papéis de Garrett” se torna indispensável para consolidar e renovar o conhecimento global da sua obra, o contacto com os documentos de D. Carolina revela-se muito importante para justificar as suas escolhas e para aclarar algumas das posições que a professora alemã assumiu em algumas das querelas mais acesas que então se travaram em torno de aspetos textuais e contextuais¹⁹.

Ao contrário do que sucedeu na generalidade dos países europeus, a Filologia portuguesa (por razões de debilidade institucional, às quais não é alheio o momento tardio em que entre nós se afirma o campo universitário das Letras) não chegou a produzir os frutos desejados. Para além da consabida escassez de edições críticas, são muitos os casos de autores portugueses para os quais não existem sequer ainda edições de referência, tanto no que respeita ao estabelecimento do texto como no que toca aos estudos prefaciais e às anotações. Não deixa de ser significativo que, depois da série de

¹⁸ Como exemplo do interesse de que pode revestir-se a pesquisa do legado de filólogos, pode ainda invocar-se o trabalho de Thomas Earle, recentemente publicado, incidindo sobre comentários setecentistas a duas edições da poesia de Sá de Miranda (uma de 1595 e outra de 1614). A pesquisa que aquele estudioso levou a cabo na biblioteca que pertenceu a José Vitorino de Pina Martins (entretanto adquirida pelo Banco Espírito Santo e já acessível a investigadores) permitiu-lhe justamente avaliar a receção da poesia mirandina em três comentadores diferentes, ao longo do século XVIII, com revelação de aspetos bem significativos.

¹⁹ Refiro-me concretamente a um projeto de investigação financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia, que se desenvolveu na Biblioteca Geral entre 2009 e 2011, coordenado pela Doutora Maria Manuela Delille.

volumes saídos até à década de 60 na Coleção dos Clássicos Sá da Costa, e apesar de tantas tentativas, não tenha surgido ainda um empreendimento semelhante, em termos de perseverança, abrangência e seriedade.

Mas se a utilidade da Filologia não oferece grandes dúvidas no plano da investigação, o mesmo pode não suceder no plano do Ensino. A questão coloca-se, desde logo, no ensino básico e secundário. São poucos os cuidados dos autores de manuais em tomar edições credenciadas para base das suas antologias. Em alguns casos (em muitos casos) os referidos manuais não mencionam sequer as edições que lhes servem de fonte (como se fosse indiferente incluir um soneto de autoria mais do que duvidosa, atribuindo-o a Camões ou como se não tivesse importância transcrevê-lo com escrupúlo). Mesmo quando se trata de recomendar aos alunos a leitura de uma obra completa (*Os Maias*, por exemplo) parece importar pouco que estes se sirvam ou não de uma edição fiável. A ausência destes cuidados é bem reveladora do obscurecimento que vem afetando a nossa sensibilidade filológica, em termos gerais. Não pode esquecer-se, a este propósito, que uma percentagem considerável dos professores que exercem nestes níveis de ensino nunca teve a possibilidade, quer na sua formação inicial quer ao longo da sua formação contínua, de ser alertado para a importância destes aspetos, tanto sob o ponto de vista patrimonial como sob o ponto de vista crítico e interpretativo.

Aí reside a segunda vertente da questão. Em boa verdade, ao longo dos últimos dois decénios, a Filologia praticamente desapareceu da Universidade portuguesa. Os professores do ensino superior, que também são investigadores, não podem naturalmente alhear-se destes problemas e, por isso, sobretudo aqueles que mais trabalham com textos “antigos”, necessitam de se manter ao corrente do que a investigação filológica vai produzindo. A questão está em saber se fazem tudo o que deveriam fazer para transmitir aos seus estudantes essa mesma preocupação. Como bem viu Aguiar e Silva, a não existência de cadeiras de Filologia nos cursos de Línguas e Literaturas reflete bem a pressa com que, num determinado momento, as Faculdades de Letras resolveram cortar com uma das suas matrizes mais fortes²⁰. Isto

²⁰ O citado estudioso resume desta forma o afã com que as Faculdades afastaram a Filologia dos planos curriculares: “Depois de terem vivido, durante mais de meio século, sob o signo das ciências filológicas e de terem diplomado milhares de licenciados em Filologia Clássica, em Filologia Românica e em Filologia Germânica, as

não significa que alguns professores não incorporem nos seus programas pequenos módulos de carácter filológico. Trata-se, porém, em geral, de segmentos introdutórios, sem efeito estruturante nos objetivos, nas práticas letivas e na avaliação. Esta circunstância, comprovável através dos Programas disponíveis em rede, não contribui para robustecer no aluno a desejável sensibilidade filológica de que venho falando²¹.

O que pode ter contribuído para esta situação que, não sendo específica de Portugal, atinge entre nós proporções maiores do que em outros países? Independentemente de outras causas que possam alivrar-se (poderia falar-se, desde logo, no consabido desapareço pelos valores patrimoniais ou na falta de condições para levar por diante tarefas de investigação longas e exigentes) a principal explicação que me ocorre relaciona-se com duas tendências que se têm vindo a afirmar nas Humanidades: o pragmatismo e o culto da interpretação.

De facto, a uma primeira aproximação, as vantagens que a Filologia proporciona não parecem ter muito eco numa Universidade cada vez mais vocacionada para a rentabilidade social e económica dos saberes que nela se professam. Se, no seu todo, as Humanidades são abrangidas pela desconfiança que resulta desse pressuposto, disciplinas como a Filologia são olhadas ainda com mais suspeita. A quem interessa hoje saber se a *Crisfal* foi escrita por Bernardim, Cristóvão Falcão ou qualquer outro escritor de menos nomeada? Importa muito saber se Gil Vicente representou o seu *Auto da Visitação* perante a Rainha D. Leonor de Lencastre, viúva de D. João II ou se a “rainha velha” que se encontrava na câmara, na noite de 7 de Junho de 1502 era a Infanta D. Brites, Duquesa de Beja e mãe do Rei D. Manuel? Que importa que na *Barca do Inferno*, o parvo Joane responda de forma diferente consoante se trate da edição avulsa de 1519 ou da versão que figura no *Livro das Obras* (na primeira versão à pergunta identificadora do Anjo: “Tu quem és?” (Na primeira a resposta é “Samicas, alguém” e na segunda “Ninguém”). Serão estas questões importantes? Até que ponto poderemos fazê-las avultar e compagnar com o pragmatismo instalado? Como poderemos, mais concretamente, responder à pergunta impiedosa que hoje se coloca a

Faculdades de Letras portuguesas acomodaram-se docilmente à nova situação, como se se tivessem libertado de uma herança constrangedora.” (cf. op. cit., p. 95).

²¹ Para além da cadeira semestral de Crítica Textual integrada na Licenciatura em Artes e Humanidades, acaba também de ser criado, na Faculdade de Letras de Lisboa, um 2º ciclo na mesma área.

todos os saberes cuja aferição implica alguma despesa pública: “Para que serve isso?”

A outra causa que pode invocar-se para a fragilização que atingiu os saberes filológicos está decerto relacionada com a importância (para alguns excessiva) atribuída à interpretação. Não deixa de ser revelador que muitos daqueles que se sentem na obrigação de legitimar as Humanidades no quadro da disciplinaridade universitária recorram a um argumento maior: o de que as disciplinas dessa área instituem uma atitude crítica perante os textos mas também perante o mundo. Nesse sentido, os textos literários (mas também os textos filosóficos) teriam por principal potencialidade a de suscitarem práticas decifrativas.

Ao deslocarem para o plano hermenêutico (e praticamente só para esse plano) a legitimidade das disciplinas humanísticas no concerto atual dos saberes, os protagonistas dessa defesa minorizam outras vertentes, que, durante décadas, lhe andavam associadas: refiro-me, sobretudo ao seu potencial identitário. Antes de interpretar um texto é necessário estudá-lo na sua materialidade e na sua espessura cultural. Era esse o trabalho do filólogo. Parece ser esse o contributo que hoje se tem por dispensável.

Aqui reside provavelmente o maior pomo de discórdia. Todos sabem que a tradição filológica era particularmente cautelosa quando se tratava de interpretar. Os motivos dessa cautela eram claros: tratava-se de um trabalho desligado da factualidade, que poderia resvalar facilmente para o subjetivismo ensaístico. A relutância do filólogo oitocentista perante a interpretação vinha também da necessidade de se demarcar tanto da tradição retórica (mesmo daquela que privilegiava a descrição dos mecanismos textuais) como da tradição das *Belles Lettres*, centrada no comentário parafrástico, mais ou menos livre. Nenhuma destas atividades, ambas com largo curso no Ensino, poderia ser acolhida numa disciplina de base empírica como era a Filologia.

Mas foi esta mesma recusa que viria a determinar as crescentes dificuldades sentidas pela disciplina no claustro universitário. O primeiro passo para a intensificação dessas dificuldades consistiu no reconhecimento da equipolência entre os textos antigos e os textos modernos ou contemporâneos. Não há dúvida de que a chegada dos textos mais recentes às cadeiras universitárias de Literatura contribuiu fortemente para a secundarização do trabalho filológico. Ao contrário

do que sucedia com textos mais antigos, aqueles que agora eram dados a ler podiam ter sido revistos pelo autor e, sobretudo, não careciam tanto de um enquadramento contextual²².

Em segundo lugar, não há dúvida de que foi determinante o desafio do sentido. O citado desafio nasceu no início dos anos 60 para logo assumir a configuração de uma causa, primeiro geracional (os velhos filólogos foram tomados como guardiães elitistas do sentido e, por isso, enfileirados nas hostes antidemocráticas) e depois civilizacional, ganhando foros de identidade das universidades ocidentais. Tal como sucedia com a Filologia, tratava-se ainda de um procedimento de desocultação; o que estava agora em causa, porém, era instituir sentidos muito mais do que estabelecer textos.

Hoje, porém, a força desta dicotomia parece esbatida. Tem-se mesmo a impressão de que parte importante das querelas a que deu origem (e algumas ficaram bem célebres) resultou de uma boa margem de equívocos. Isto não significa que não subsista margem para dissidência. Os filólogos mais genuínos continuam a desconfiar da interpretação e, por sua vez, os hermeneutas mais entusiastas continuam a não manifestar grande entusiasmo pelo labor filológico, que consideram não apenas especioso como, sobretudo no contexto atual, nocivo à causa das Humanidades²³.

Superado o desacordo inicial, parece existir agora margem para compromissos. Pode aceitar-se, sem dificuldade, o potencial formativo e heurístico da interpretação. Mas também é razoável pensar que o contributo da Filologia para os estudos literários não perdeu acuidade: nem na investigação, onde essa necessidade porventura salta mais à

²² Osvaldo Silvestre reconstitui justamente o processo de emergência da literatura moderna e contemporânea no mundo anglo-saxónico, desde a Escócia aos Estados Unidos. Na linha de Paul de Man, este estudioso advoga a centralidade do contemporâneo na área dos estudos literários: "As formas historicamente diversas de que se revestiu a *longue durée* do processo que conduziu ao ensino do contemporâneo na universidade americana, e não apenas – clássicos *versus* modernos, clássicos *versus* English, English *versus* literatura americana, filologia *versus* crítica-, dão a ver a permanência de uma estrutura epistemológica conflitual que se vai deslocando sem afectar contudo o seu ponto crítico: a possibilidade de a literatura reactivar o seu potencial para "existir num presente". (Cf. op. cit., p.79).

²³ É, entre outros, o caso do professor e filósofo suíço Yves Citton, que tem vindo a fazer a apologia da "interpretação actualizante" como grande alavanca das disciplinas humanísticas. As suas teses foram primeiramente aplicadas aos estudos literários (2007) e estendidas depois ao conjunto das Humanidades (2010), com base no axioma de que a interpretação constitui não só a principal fonte de conhecimento como equivale a um novo direito humano (2010, em especial o cap. 4).

vista, nem no ensino. No que respeita à investigação, continua a ser impensável trabalhar a partir de textos não aferidos criticamente. Pela sua altíssima especialização, o filólogo continua a revelar-se indispensável para editar um texto e para o reconhecer, pelo menos numa primeira aproximação contextualizadora. Sem esse trabalho, não pode partir-se para nenhuma outra etapa de integração cultural. Mesmo considerando que o conceito de ciência evoluiu, desligando-se progressivamente do modelo positivista, continua a ser necessário preservar uma ética do rigor. E em toda a história dos estudos literários nenhuma disciplina se encontra mais apta do que a Filologia para proporcionar essa mesma ética. É essa base de exatidão que importa não perder de vista, justamente quando o avanço da tecnologia digital veio facilitar o trabalho do filólogo, podendo criar a tentação de um abrandamento de escrutínio.

O esforço qualificado do filólogo reveste-se também de importância central nas tarefas do ensino. Não se trata apenas de ensinar os textos numa base de fidelidade; trata-se também de os conceber enquanto produto oficial, que se traduz em matéria e em espírito. Por força das circunstâncias, os alunos limitam-se a contactar com fragmentos contextuais, desconhecendo, na sua íntegra, o objeto material do qual saíram. Daí resulta frequentemente uma visão distorcida do processo de criação e de circulação literária. Explicar a um aluno que, antes de aparecer no seu manual, um determinado soneto foi objeto de um outro tipo de publicação, que subsistem dúvidas sobre a sua forma ou até eventualmente sobre a sua autoria pode constituir uma etapa importante na apropriação de sentido que desejavelmente se seguirá. Por outro lado, o cumprimento dessa etapa reforçará, desde logo, a verdade com que se ensina literatura. Se for convenientemente doseada, essa componente facilitará também a adesão do aluno a uma vertente que está longe de ser apenas técnica. Proporcionar ao aluno o contacto visual ou táctil com o livro antigo, por exemplo, é proporcionar-lhe a entrada num mundo cheio de atrativos para a sua curiosidade, é dizer-lhe que a literatura contempla uma dimensão operosa e que, ao contrário do que se supõe, está longe de ser uma revelação acabada. É a esta recuperação das materialidades (ou da presença) que se refere insistentemente Gumbrecht (2004), sublinhando a importância que ela detém na credibilidade de um campo de investigação e ensino.

Para tanto, não é necessário suprimir os direitos do jovem leitor no diálogo com os textos. Bastará combinar o exercício desse direito com a atenção que é devida a outras vertentes.

Conclusão

Para se afirmarem na Universidade, os estudos literários tiveram de se submeter a provas de validação particularmente difíceis. No século XIX, o suporte epistemológico da disciplina teria inevitavelmente que passar pelo positivismo. Foi isso que sucedeu, envolvendo a simbiose entre Filologia e História Literária. Num determinado momento, essa simbiose foi denunciada como padecendo justamente de ingenuidade e de insuficiência no âmbito das Humanidades, cada vez mais inebriadas pelo Graal do sentido e cada vez valorizando menos a investigação paciente e minuciosa, tantas vezes conducente a resultados “modestos”.

Não há hoje a menor dúvida de que os estudos literários carecem de um processo de relegitimação. Tendo consciência deste imperativo, não faltam vozes a reclamar o regresso da Filologia. Algumas dessa vozes, implícita ou explicitamente, deploram uma certa lassidão metodológica que tem vindo a proliferar nos estudos literários; outras vozes refletem o entusiasmo pelas possibilidades entretanto oferecidas pelas novidades digitais que permitem, de facto, não só recuperar como levar ainda mais longe a ambição do filólogo. De facto, longe de serem um simples cavalo de Tróia, as tecnologias digitais abrem uma nova era, libertando o filólogo do “trabalho de fichas” e do cotejo moroso (e falível) entre versões. Com o auxílio de programas que permitem alcançar resultados seguros, pelo menos no domínio da colação, o investigador (que antes suspirava por uma simples máquina fotográfica) pode hoje realizar tarefas que eram miríficas há apenas alguns anos atrás²⁴. Em alguns casos, e essa foi

²⁴ O primeiro trabalho global que traça o quadro de possibilidades instituído pela informática foi coordenado por José Manuel Blecua (e outros) e data já de 1999. O trabalho mais recente que pude ler figura no *Companion to Digital Literary Studies* é da autoria de um grupo liderado pelo Professor Gregory Crane, que reúne em si as competências de um reputado classicista e de um especialista em aplicações informáticas às Humanidades.

De entre os vários exemplos que poderiam convocar-se entre nós, destaco apenas dois que ilustram bem esta promissora linha de renovação. Falo do projeto “Teatro de autores portugueses do século XVI”, coordenado por um conjunto de investigadores do Centro de Estudos de Teatro da Faculdade de Letras de Lisboa, liderado por José Camões, que, para além de coligir e transcrever textos (conhecidos e desconhecidos)

porventura uma das maiores conquistas proporcionadas pela tecnologia, pode mesmo fazê-lo sem ter que se deslocar ao arquivo onde se guardam os documentos originais.

Seja como for, nada supre a necessidade da “philologia perennis”, útil do ponto de vista cívico: humilde, trabalhosa, sinérgica, patrimonial, em vez da disciplina dita “imperial”, tal como a idealizaram primeiro os humanistas europeus e, na sua senda, os grandes filólogos alemães de origem judia que foram Léo Spitzer (1887-1960) e Erich Auerbach (1892-1957). O elo comum seria sempre a utopia da Verdade que se contrapõe à evidência do Erro. Foram numerosos os erros que a Filologia se propôs corrigir. É certo que, nas áreas em apreço, a Verdade é hoje um horizonte e não uma meta. Por isso, é importante falar agora de um horizonte mobilizador e determinante e não de uma referência vaga ou apenas plausível.

Será necessária a bata branca? Não, se ela significar a assepsia própria dos hospitais ou dos laboratórios (ambiente do qual as Humanidades poderão parcialmente beneficiar mas que nunca será o seu). A resposta será positiva se por “bata branca” entendermos a necessidade honesta de não confundirmos inteiramente a nossa idiosincrasia com a busca da verdade aritmética. E há sempre, pelo menos, dois aspectos práticos: como qualquer uniforme, a bata intensifica a sensação de pertença a uma comunidade. Trata-se, neste caso, de uma comunidade de pessoas que passam muito tempo a ler. Não para se distraírem ou cultivarem no sentido mais ameno do termo mas para compreenderem melhor a realidade cifrada que é o mundo. Essa mesma bata tanto preserva as roupas dos frequentes descuidos de quem trabalha com tinta (antes da esferográfica e hoje mais dos *tonners*) como previne inclinações descontroladas da subjetividade.

“permite disponibilizar informação através de campos temáticos, glossário, notas críticas para a investigação, fac-símiles e bibliografia”. O outro exemplo, intitulado “Nenhum problema tem solução: um arquivo digital do *Livro do Desassossego*”, liderado por Manuel Portela encontra-se alojado no Centro de Literatura Portuguesa, da Faculdade de Letras de Coimbra e tem por objetivo criar uma edição/arquivo digital hipermédia. Este desiderato deverá ser alcançado através de uma agregação de fac-símiles de transcrições diplomáticas, tábua de concordâncias para as edições publicadas entre 1982 e 2010, “criando um espaço de virtualização do *Livro do Desassossego* que favoreça novas dinâmicas de leitura, de edição e de investigação no confronto com este *corpus* material de fragmentos escritos”.

É neste equilíbrio de *passo doble*²⁵, condenado a permanecer instável, que os Estudos Literários devem olhar para a Filologia. Não para a imitarem em tudo mas para a seguirem no compromisso que esta pode assegurar entre rigor e agudeza, abrangência e profundidade, autonomia e heteronomia, investigação e ensino.

Bibliografia

- Bernardes (2011): José Augusto Cardoso Bernardes (2011), “Os Estudos Literários na Universidade”, in J. A. Carvalho da Silva / J. C. de Oliveira Martins / M. Gonçalves (orgs.), *Pensar a Liter@tura no século XXI*, Braga, Faculdade de Filosofia, pp. 27-52.
- Bernardes (2013): José Augusto Cardoso Bernardes (2013) “Dona Carolina e Gil Vicente: um projeto inacabado”, in M. M. Gouveia Delille / J. N. Corrêa-Cardoso / J. Greenfield (coords.), *Carolina Michaëllis e Joaquim de Vasconcelos. A sua projeção nas artes e nas letras portuguesas*, Porto, Fundação Engº Antópnio de Almeida, pp. 211-240.
- Blecua (1999): José Manuel Blecua et alii (1999), *Filología e informática. Nuevas tecnologías en los estudios filológicos*, Madrid, Editorial Milenio S.L.
- Buescu (2013): Helena Carvalhão Buescu (2013), *Experiência do incomum e boa vizinhança*, Porto Editora.
- Citton (2007): Yves Citton (2007), *Lire, interpréter, actualiser. Pourquoi les études littéraires?*, Paris Éditions Amsterdam.
- Citton (2010): Yves Citton (2010), *L’Avenir des humanités. Économie de la connaissance ou cultures de l’interprétation?*, Paris, La Découverte.
- Camões / Sales (2010): José Camões e João Nuno Sales (2010), “Who’s in a name”, in *A Custódia de Belém. 500 anos*, Lisboa, Museu Nacional de Arte Antiga.
- Crane (2013): Gregory Crane et alii (2013), “ePhilology: When The Books Talk to Their Readers”, em R. Siemens / S. Schreibman

²⁵ A expressão, aplicada aos humanistas em geral, é usada por Teresa Numerico, Domenico Fiormonte e Francesca Tomasi na Introdução ao excelente livro que consagraram a este assunto: “...l’umanista ha bisogno di compiere un passo doble, un doppio scarto: riscoprire le proprie radici e aprirsi al rinnovamento” (cf. op. cit., p. 8).

- (eds.), *A Companion to Digital Literary Studies*, London, Wiley-Blackwell, pp. 29-64.
- Cunha (2002): Carlos Ferreira da Cunha (2002), *A construção do discurso da história literária portuguesa no século XIX*, Braga, Centro de Estudos Humanísticos.
- Cunha (2009): Carlos Ferreira da Cunha (2009), *O nascimento da literatura portuguesa*, Braga, Nova Educação.
- Earle (2013): Thomas, F. Earle (2013), “Dois comentários setecentistas sobre a obra poética de Francisco de Sá de Miranda”, in *Estudos sobre cultura e literatura portuguesa do Renascimento*, Coimbra, Imprensa da Universidade, pp. 91-105;
- Espagne / Warner (1998): Michel Espagne / Michael Warner (dirs.) (1998), *Philologiques I. Contributions à l'histoire des disciplines littéraires en France et en Allemagne au XIX siècle*;
- Franco (2011): Marcia Arruda Franco (dir.) (2011), *Tágides. Revista de Literatura, Cultura e Arte Portuguesas*. Programa de Pós-Graduação em Literatura Portuguesa da USP.
- Funaioli (2007): Gino Funaioli (2007), *Lineamenti di una storia della Filologia a traverso i secoli*, Bologna, Zanichelli Editore.
- Graff / Warner (1989): Gerald Graff / Michael Warner (orgs.) (1989), *The Origins of Literary Studies in America. A Documentary Anthology*, London, Routledge.
- Guillory (2002): John Guillory (2002), “Literary Study and the Modern System of Disciplines”, em A. Anderson / J. Valente (eds.), *Disciplinary at the fin de siècle*, Princeton, Princeton University Press, pp.19-43.
- Gumbrecht (1986): Hans Ulrich Gumbrecht (1986), “Un souffle d’Allemagne ayant passé: Friedrich Diez, Gaston Paris and the genesis of national philologies”, in *Romance Philology*, XL, 1, pp.1-37.
- Gumbrecht (1998): Hans Ulrich Gumbrecht (1998), “The Origins of Literary Studies and their End”, in *Stanford Humanities Review* 6, 1, pp.1-10.
- Gumbrecht (2003): Hans Ulrich Gumbrecht (2003), *The Powers of Philology. Dynamics of Thextuality Scholarship*, Illinois, University of Illinois.

- Gumbrecht (2004): Hans Ulrich Gumbrecht (2004), *Production of Presence. What meaning cannot convey*, Stanford, Stanford University Press.
- Harpham (2011): Geoffrey Galt Harpham (2011), *The Humanities and the Dream of America*, Chicago, University of Chicago Press.
- Hummel (2000): Pascale Hummel (2000), *Histoire de l'histoire de la Philologie. Étude d'un genre épistémologique et bibliographique*, Genève, Droz.
- Hummel (2009): Pascale Hummel (2009), *Philologia. Recueil de textes sur la philologie*, Paris, Philologicum.
- Hummel (2011): Pascale Hummel (2011), *La Philologie au parler. Entretiens réalisés para Pascale Hummel*, Paris, Philologicum.
- Hummel / Gabriel (2008): Pascale Jummel e Frédéric Gabriel (comps.) (2008), *Études sur les notions de vérité et de fausseté en matière de philologie*, Paris, Philologicum.
- Llovet (2011): Jordi Llovet (2011), *Adios a la Universidad. El eclipse de las Humanidades*, Barcelona, Galaxia Guttenberg.
- Kernan (1997): Alvin Kernan, (ed.) (1997), *What's Happened To The Humanities?*, Princeton, Princeton University Press.
- Mainer (2003): José-Carlos Mainer (2003), *La filología en el purgatorio. Los estudios literarios en torno a 1950*, Barcelona, Editorial Crítica.
- McGann (2013): Jerome McGann (2013), "Coda: Why digital textual scholarship matters, or philology un a new key", in N. Fraistat / J. Flanders (eds.), *The Cambridge Companion to Textual Scholarship*, New York/London, Cambridge University Press, pp. 274-288.
- Menand (2010): Louis Menand (2010), *Marketplace of Ideas. Reform and Resistance in the American University*. New York / London, W. W. Norton & Company.
- Numerico / Fiormonte / Tomasi (2010): Teresa Numerico, Domenico Fiormonte e Francesca Tomasi (2010), *L'umanista digitale*, Milano, Il Mulino.
- Prista (2012): Luís Prista (2012), "De Jesus ao Campo Grande, entre filologia e literatura", *Românica*, 21, pp.17- 56.
- Prista (2013): Luís Prista (2013), "O ensino linguístico e de literatura", em S. Campos Matos / J. Ramos do Ó (eds.), *Universidade de Lisboa, Séculos XIX-XX*, Vol. II, pp. 982-1085.

- Renker (2007): Elizabeth Renker (2007), *The Origins of American Literary Studies. An Institutional History*, Cambridge, Cambridge University Press.
- Silva (2010): Vítor Manuel Aguiar e Silva (2010), *As Humanidades, os Estudos Culturais, o Ensino da Literatura e a política de Língua Portuguesa*, Coimbra, Livraria Almedina.
- Silvestre (2012): Osvaldo Manuel Silvestre (2012), “O ensino da literatura contemporânea na universidade. O caso americano”, *in Românica*, 21, pp. 57-80;
- Todorov (2002): Tzvetan Todorov (2002), *Devoirs et délices. Une vie de passeur. Entretiens avec Catherine Portevin*, Paris, Editions du Seuil.
- Varvaro (2012): Alberto Varvaro (2012), *Prima lezione di filologia*, Roma-Bari, Gius, Laterza & Figli.
- Vecchi (2012): Roberto Vecchi (2012), “Bolonha em Bologna (Um ponto de vista disciplinar)”, *em Românica*, 21, pp. 81-90.
- Verdelho (2013): Telmo Verdelho (2013), “A Língua e a Literatura. Reflexões para uma pedagogia coalescente”, *Revista de Estudos Literários*, 3, pp. 23-64.
- Warner (1990): Michael Warner (1990), “A propos de la notion de philologie moderne. Problèmes de definition dans l’espace franco-alemand”, *in M. Espagne / M. Warner (dirs.), Philologiques I. Contribution à l’histoire des disciplines littéraires en France et en Allemagne au XIX e siècle*, Paris, Editions de la Maison des Sciences de l’Homme.

Anexos

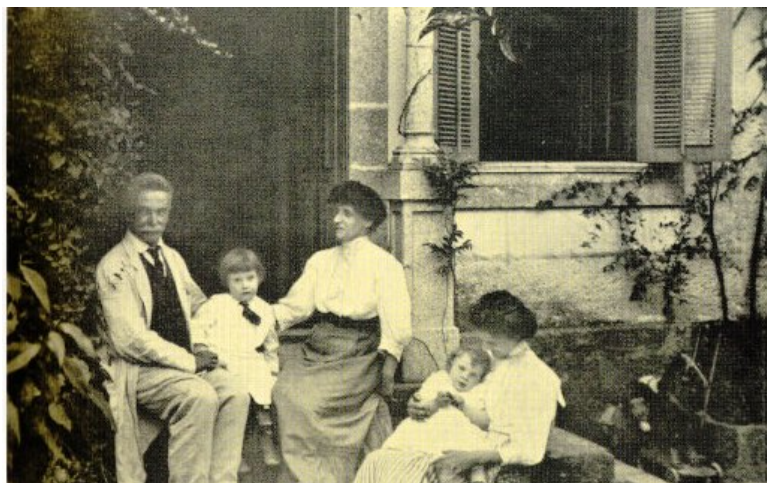


Fig 1



Fig. 2



Fig. 3



Fig. 4